

# Realidade Económico-social dos Imigrantes em Portugal em 2010



imigração

informar e formar  
para melhor integrar

Co-financiado por:





# Índice

<b>Introdução</b>	<b>5</b>
<b>I▪ Migrações e o papel de placa giratória de Portugal</b>	<b>6</b>
1▪ A população estrangeira na União Europeia	6
2▪ A emigração e as Comunidades Portuguesas	9
2.1▪ A emigração portuguesa	9
2.2▪ As Comunidades Portuguesas no Mundo	11
2.3▪ A emigração recente	12
<b>II▪ A imigração em Portugal</b>	<b>16</b>
1▪ A população estrangeira em Portugal	16
2▪ A situação laboral e económica social	19
2.1▪ A situação laboral dos imigrantes	19
2.2▪ A situação económica e social dos imigrantes	20
2.2.1▪ Género	21
2.2.2▪ Escalão etário	21
2.2.3▪ Situação na profissão (TPCO e trabalho por conta própria)	22
2.2.4▪ Condição perante o trabalho (emprego e desemprego)	23
2.2.5▪ Apoio ao desemprego	23
2.2.6▪ Sector de actividade	24
2.2.7▪ Profissão	24
2.2.8▪ Nível de qualificação	25
2.2.9▪ Nível de escolarização	27
2.2.10▪ Remunerações e ganhos médios mensais	30
2.2.11▪ Precariedade (contratos não permanentes)	31
2.2.12▪ Acidentes de trabalho	32
<b>III▪ Os principais problemas dos imigrantes</b>	<b>33</b>



# Introdução

Este documento pretende evidenciar a realidade das migrações em Portugal e inserir-se no Projecto apresentado pela CGTP-IN “IMIGRAÇÃO – INFORMAR E FORMAR PARA MELHOR INTEGRAR.

Trata-se de dar continuidade ao esforço que temos vindo a desenvolver para um conhecimento mais profundo da realidade social e legal da imigração e, sobretudo, contribuir para uma maior capacitação dos dirigentes e activistas sindicais para intervir na melhoria das condições económicas e sociais das comunidades imigrantes e aumentar a sua capacidade de influência junto dos vários órgãos de poder para a melhoria das políticas do emprego e do mercado de trabalho dos trabalhadores imigrantes.

A CGTP-IN desde sempre entendeu os movimentos migratórios como um fenómeno económico, social e político, representativo de um processo que denuncia sempre a existência de carências profundas nos países de origem. Como temos afirmado, Portugal é uma placa giratória de migrações – passou a acolher imigrantes não tendo deixado de ser um país de emigrantes. Uma sistemática observação e actuação realizadas no terreno (em Portugal e nos países para onde os portugueses se continuam a deslocar) fundamentam a análise e os consequentes posicionamentos e reivindicações que a CGTP-IN estabelece na área das migrações, no contexto do actual modelo de desenvolvimento do país e do espaço da União Europeia em que nos inserimos.

A primeira parte deste estudo coloca a questão do papel de placa giratória de Portugal no que respeita aos fluxos migratórios e analisa a evolução recente da população estrangeira na União Europeia, dando uma ideia da importância da emigração e das comunidades portuguesas no mundo, perspectiva que não poderia deixar de estar presente no contexto da visão tradicional de Portugal como um país de emigração.

Na segunda parte encontra-se o essencial deste estudo relativo à caracterização económica e social dos imigrantes na base dos dados estatísticos disponíveis e mais actualizados. Na terceira e última parte, à laia de conclusões, identificam-se alguns dos principais problemas dos imigrantes.

Pela própria natureza e objectivos, este documento de estudo e reflexão será certamente enriquecido pelas intervenções dos activistas sindicais nos seminários regionais previstos (Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Faro) e pelas contribuições de outras organizações que trabalham com as comunidades imigrantes na Conferência Sindical que culminará este trabalho desenvolvido pela CGTP-IN em prol duma vida melhor e mais digna para as famílias imigrantes, em defesa dos seus direitos, interesses e aspirações

Carlos Trindade  
O Departamento de Migrações  
Lisboa, Março de 2011

# Migrações e o papel de placa giratória de Portugal

A CGTP-IN constata que Portugal, nos últimos anos, tem sido utilizado como uma placa giratória no que respeita aos movimentos migratórios. Esta realidade tem servido para manter e impor o modelo de baixos salários em Portugal e o patronato tem aplaudido esta estratégia de mobilidade de mão-de-obra e de livre circulação, pressionando os portugueses a emigrar para os substituir por mão-de-obra imigrante com baixíssimos salários e condições de trabalho e de segurança discriminatórias e deprimentes.

## 1 ▶ A população estrangeira nos países da União Europeia

A diferença entre as imigrações e as emigrações na UE27 tem registado, a partir de 2002, acréscimos anuais da ordem dos 2 milhões de pessoas, quando até 2001 esse aumento era inferior a 1 milhão de pessoas<sup>1</sup>.

A evolução do saldo migratório registado nos vários países da Europa consta no Quadro 1, onde ressalta que a Espanha, Itália e Reino Unido constituem o grupo de países que mais tem contribuído de forma positiva para esse saldo migratório. Os países do leste europeu contribuíram de forma negativa, sobretudo nos anos de 2000 e 2001, em particular a Polónia e a Roménia.

Como se pode constatar, ao longo da última década, o saldo migratório<sup>2</sup> em Portugal tem sido sempre positivo e tem variado anualmente entre 20 e 70 mil pessoas, registando o seu pico máximo em 2002 e o seu pico mínimo em 2007.

Em 2007, o crescimento da população da UE27 foi de 2,4 milhões de indivíduos, dos quais 1,9 milhões<sup>3</sup> se deveram ao saldo migratório líquido e os restantes 0,5 milhões ao crescimento natural. A Alemanha, Espanha e Reino Unido concentraram mais de metade desses imigrantes.

O saldo migratório acumulado na década 1997-2007, na União Europeia a 27 atingiu os 14,2 milhões de pessoas, ou seja, as entradas de estrangeiros foram superiores às saídas de nacionais. Durante essa década, o saldo migratório na Espanha atingiu os 6 milhões de pessoas, na Itália atingiu os 3 milhões de pessoas, no Reino Unido os 1,8 milhões de pessoas e, na Alemanha os 1,4 milhões de pessoas. Dos países europeus em que o saldo migratório foi negativo, sendo as saídas de nacionais superiores às entradas de estrangeiros, registem-se sobretudo os casos da Roménia, da Polónia e da Croácia.

Comparando o número de imigrantes por mil habitantes, na U.E.27, verifica-se que a maior taxa de imigração vai para o Luxemburgo, seguido pela Irlanda, Chipre e Espanha<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Eurostat Yearbook 2009.

<sup>2</sup> De acordo com o Eurostat, Yearbook, 2009.

<sup>3</sup> Em 2006, este saldo migratório foi de 3,5 milhões de pessoas.

<sup>4</sup> Eurostat, Estatísticas Migração.

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>EU-27 (1)</b>	<b>430</b>	<b>529</b>	<b>980</b>	<b>725</b>	<b>600</b>	<b>1852</b>	<b>2035</b>	<b>1875</b>	<b>1660</b>	<b>1639</b>	<b>1908</b>
Euro area (1)	:	434	835	975	1235	1658	1806	1606	1404	1319	1579
Bélgica	10	12	16	14	36	41	35	36	51	53	62
Bulgária	0	0	0	0	-214	1	0	0	0	0	-1
Rep. Checa	12	9	9	7	-43	12	26	19	36	35	84
Dinamarca	12	11	9	10	12	10	7	5	7	10	20
Alemanha	93	47	202	168	275	219	142	82	82	26	48
Estónia	-7	-7	-1	0	0	0	0	0	0	0	0
Irlanda	17	16	24	32	39	33	31	48	66	67	64
Grécia	61	55	45	29	38	38	35	41	40	40	41
Espanha	941	159	238	390	441	649	625	610	641	605	702
França (1)	:	-1	150	158	173	184	189	105	92	90	71
Itália	50	56	35	50	50	345	612	557	324	377	494
Chipre	5	4	4	4	5	7	12	16	14	9	13
Lituânia	-9	-6	-4	-6	-5	-2	-1	-1	-1	-2	-1
Luxemburgo	4	4	4	3	3	3	5	4	6	5	6
Hungria	18	17	17	17	10	4	16	18	17	21	14
Malta	1	0	0	10	2	2	2	2	2	2	2
Holanda	30	44	44	57	56	28	7	-10	-23	-26	-2
Áustria	2	8	20	17	44	35	38	62	56	29	31
Polónia	-12	-13	-14	-410	-17	-18	-14	-9	-13	-36	-20
<b>Portugal</b>	<b>29</b>	<b>32</b>	<b>38</b>	<b>47</b>	<b>65</b>	<b>70</b>	<b>64</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>26</b>	<b>20</b>
Roménia	-13	-6	-3	-4	-558	-2	-7	-10	-7	-6	1
Eslovénia	-1	-5	11	3	5	2	4	2	6	6	14
Eslováquia	2	1	1	-22	1	1	1	3	3	4	7
Finlândia	5	4	3	2	6	5	6	7	9	11	14
Suécia	6	11	14	24	29	31	29	25	27	51	54
Reino Unido	58	97	138	144	151	158	178	227	193	247	175
Croácia	0	-4	-23	-52	14	9	12	12	8	7	6
R.Macedónia	-2	-2	-2	-3	-3	-25	-3	0	-1	-1	0
Turquia	101	99	79	58	2	-1	-3	1	-1	-3	0
Islândia	0	1	1	2	1	0	0	1	4	5	4
Liechtenstein	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Noruega	10	13	19	10	8	17	11	13	18	24	40
Suiça	-3	11	25	24	41	48	42	38	32	37	69

(1) Quebra nas séries: de 1997 de França inclui apenas as regiões metropolitanas.

Fonte: Eurostat (tsdce230)

De acordo com o Eurostat (ver Quadro 2), em 2009, a população da União Europeia a 27 era da ordem dos 499 milhões de pessoas de pessoas, das quais cerca de 32 milhões eram não nacionais (6,4% do total). Destes 32 milhões de pessoas não nacionais, cerca de 12 milhões eram oriundos de outros Estados-membros (2,4% do total), e cerca de 20 milhões tinham vindo de países não europeus (4,0% do total). Em cada 10 cidadãos entrados nos países da U.E.27, 4 eram dos outros Estados-membros e 6 eram de países não europeus.

Ainda de acordo com o Eurostat, em 2009, a população de Portugal era de 10.627 milhares de pessoas, das quais cerca de 443 mil eram não nacionais (4,2% do total). Destes

443 milhares de pessoas, cerca de 85 mil eram oriundos de outros Estados-membros (0,8% do total) e cerca de 358 mil tinham vindo de países não europeus (3,4% do total). Em cada 10 cidadãos entrados em Portugal, 2 eram dos outros Estados-membros e 8 eram de países não europeus.

Nesse ano, em Portugal, existiam 782 milhares de pessoas nascidas no estrangeiro (7,4% do total), das quais 182 mil nascidas em outros Estados-membros (1,7% do total), e cerca de 600 mil nascidas em outros países não europeus (5,6% do total).

	Não - nacionais										Nascidos no estrangeiro				
	Popul.		Total		De outros Estados-		De países		Total		Nasc. em outros Estados-		Em países		
	Total				membros da U.E.		fora da U.E.				membros		fora da U.E.		
	Milhares	Milhares	Em %	Milhares	Em %	Milhares	Em %	Milhares	Em %	Milhares	Em %	Milhares	Em %	Milhares	Em %
<b>U.E.-27</b>	<b>499433</b>	<b>31860</b>	<b>6,4</b>	<b>11944</b>	<b>2,4</b>	<b>19916</b>	<b>4,0</b>								
Bélgica	10750,0														
Bulgária	7606,6	23,8	0,3	3,5	0,0	20,3	0,3								
R.Checa	10467,5	407,5	3,9	145,8	1,4	261,7	2,5	384,2	3,7	135,1	1,3	249,1	2,4		
Dinamarca	5511,5	320,0	5,8	108,7	2,0	211,4	3,8	486,0	8,8	145,6	2,6	340,4	6,2		
Alemanha	82002,4	7185,9	8,8	2530,7	3,1	4655,2	5,7	9548,9	11,6	3421,1	4,2	6127,8	7,5		
Estónia	1340,4	214,4	16,0	9,6	0,7	204,8	15,3	220,3	16,4	15,4	1,1	204,9	15,3		
Irlanda	4450,0	504,1	11,3	364,8	8,2	139,2	3,1	625,9	14,1	485,8	10,9	140,1	3,1		
Grécia	11260,4	929,5	8,3	161,6	1,4	767,9	6,8	1247,0	11,1	312,8	2,8	934,2	8,3		
Espanha	45828,2	5651,0	12,3	2274,2	5,0	3376,8	7,4	6339,3	13,8	2282,1	5,0	4057,2	8,9		
França	64366,9	3737,5	5,8	1302,4	2,0	2435,2	3,8	7103,6	11,0	2111,5	3,3	4992,2	7,8		
Itália	60045,1	3891,3	6,5	1131,8	1,9	2759,5	4,6	4375,2	7,3	1391,1	2,3	2984,1	5,0		
Chipre	796,9	128,2	16,1	78,2	9,8	50,0	6,3								
Litónia	2261,3	404,0	17,9	9,4	0,4	394,6	17,5	352,0	15,6	37,2	1,6	314,9	13,9		
Lituânia	3349,9	41,5	1,2	2,5	0,1	39,0	1,2	220,1	6,6	28,9	0,9	191,2	5,7		
Luxemb.	493,5	214,8	43,5	185,4	37,6	29,5	6,0	159,0	32,2	131,6	26,7	27,4	5,6		
Hungria	10031,0	186,4	1,9	109,8	1,1	76,6	0,8								
Malta	413,6	18,1	4,4	8,2	2,0	9,9	2,4	27,7	6,7	13,5	3,3	14,1	3,4		
Holanda	16485,8	637,1	3,9	290,4	1,8	346,7	2,1	1793,7	10,9	410,1	2,5	1383,6	8,4		
Áustria	8355,3	864,4	10,3	317,0	3,8	547,4	6,6	1268,4	15,2	507,5	6,1	760,9	9,1		
Polónia	37867,9	35,9	0,1	10,3	0,0	25,6	0,1	1014,9	2,7	232,5	0,6	782,4	2,1		
<b>Portugal</b>	<b>10627,3</b>	<b>443,1</b>	<b>4,2</b>	<b>84,7</b>	<b>0,8</b>	<b>358,4</b>	<b>3,4</b>	<b>782,0</b>	<b>7,4</b>	<b>182,2</b>	<b>1,7</b>	<b>599,8</b>	<b>5,6</b>		
Roménia	21498,6	31,4	0,1	6,0	0,0	25,3	0,1	161,6	0,8	60,1	0,3	101,5	0,5		
Eslovénia	2032,4	70,6	3,5	4,2	0,2	66,4	3,3	243,4	12,0	28,1	1,4	215,3	10,6		
Eslováquia	5412,3	52,5	1,0	32,7	0,6	19,8	0,4	50,5	0,9	30,0	0,6	20,5	0,4		
Finlândia	5326,3	142,3	2,7	51,9	1,0	90,4	1,7	214,1	4,0	76,9	1,4	137,2	2,6		
Suécia	9256,3	547,7	5,9	255,6	2,8	292,1	3,2	1280,9	13,8	468,6	5,1	812,3	8,8		
R. Unido	61596,0														
Noruega	4799,3	302,9	6,3	165,4	3,4	137,6	2,9	488,8	10,2	192,5	4,0	296,2	6,2		
Suíça	7701,9	1669,7	21,7	1033,6	13,4	636,1	8,3								
Turquia	71517,1	103,8	0,1	45,3	0,1	58,4	0,1								

Fonte: Eurostat (migr\_pop1ctz,migr\_pop3ctb)



## **2 ▸ A emigração e as comunidades portuguesas no mundo**

### **2.1 ▸ A emigração portuguesa**

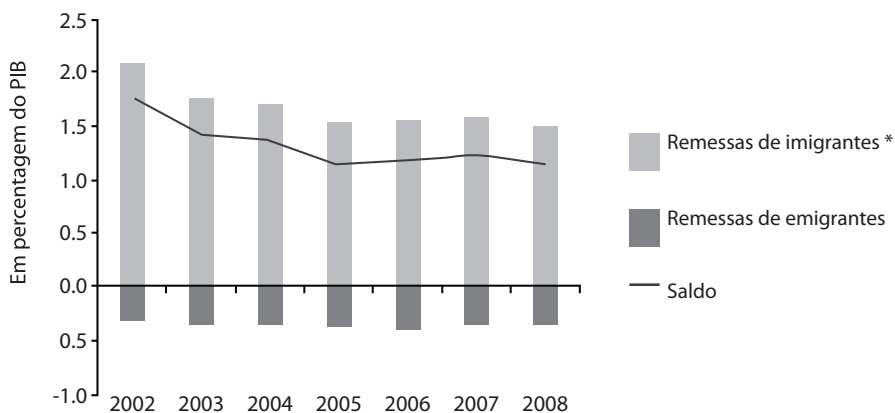
No início dos anos 90, fontes oficiais calculavam em mais de quatro milhões o número de emigrantes a residir fora do país. Nessa altura, os estrangeiros em Portugal – cerca de 114 mil – representariam apenas 1,5% da população nacional residente, enquanto os portugueses a residir no estrangeiro representariam mais de 40% do total de residentes no território nacional.

A emigração é uma constante estrutural da história portuguesa e, pelo seu volume e pelo seu impacto social e económico, continua a ser um fenómeno marcante da sociedade portuguesa. Simultaneamente, a imigração, mais pela incidência territorial e consequência socio-económicas do que pelo seu volume, tornou-se um dos fenómenos mais visíveis da sociedade portuguesa, sobretudo a partir dos anos 80.

A um período de porta aberta à vinda de emigrantes – até 1973/74 – sucederam políticas mais restritivas em matéria de imigração, por parte dos principais países europeus. As alterações económicas, em particular no que respeita à deslocalização de indústrias de trabalho intensivo para regiões fora da Europa, a sua substituição por actividades mais de capital intensivo e, sobretudo, as reestruturações das economias levaram a uma degradação progressiva das comunidades imigrantes, mal preparadas e com fraca capacidade para enfrentarem essas mudanças, verificando-se uma degradação generalizada das suas condições de vida. Neste quadro, as políticas de imigração passaram a desincentivar a vinda de emigrantes, mas a promover a integração das comunidades imigrantes anteriormente formadas, permitindo-se a reunificação familiar.

É inegável que a emigração tem dado um contributo enorme para o desenvolvimento do país, não apenas em termos do envio de receitas, mas mesmo quando retornam a Portugal e dinamizam actividades económicas locais, seja ao nível da construção de habitação e sobretudo no pequeno comércio e restauração. Como se constata no gráfico seguinte, as remessas de emigrantes, ainda que com alguma diminuição relativamente à década de 1990-2000, têm-se mantido nos últimos anos em valores da ordem dos 1,5% a 2% do PIB. Refira-se que em 2008, as transferências correntes, constituídas praticamente por remessas de emigrantes, teriam atingido os 2,5 mil milhões de euros, ou seja, valores muito semelhantes aos do investimento directo estrangeiro em Portugal. Por outro lado, evidencia-se um maior peso relativo das remessas oriundas da Suíça, Espanha, Angola, Reino Unido e Bélgica e Luxemburgo, ainda que a França continue a ser quem detém a maior parte do valor das remessas dos emigrantes.

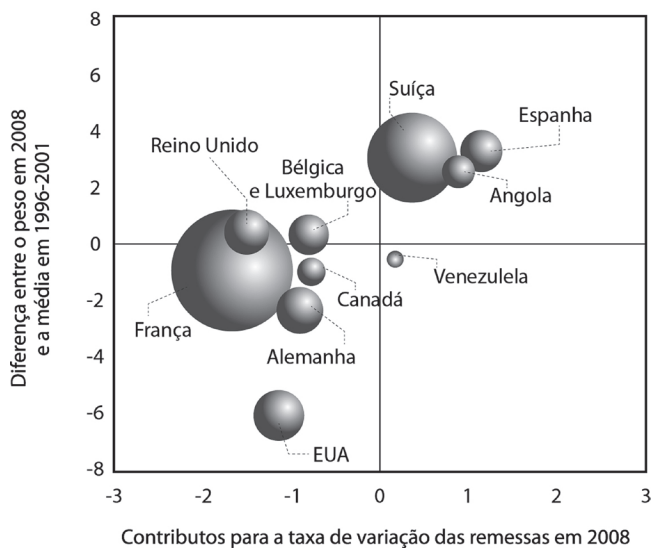
## Remessas de emigrantes/imigrantes



**Fontes:** INE e Banco de Portugal.

**Nota:** \* Dado que as remessas de imigrantes se referem a débitos são apresentadas no gráfico com sinal negativo

## Evolução das remessas de emigrantes



**Fontes:** Banco de Portugal.

**Nota:** O diâmetro dos círculos refere-se ao peso no total das remessas em 2008. São representados nos 10 países com maior peso em 2008, cerca de 95% do total das remessas nesse ano. Um valor positivo (negativo) na diferença entre o peso em 2008 e a média em 1996-2001 significa um aumento (diminuição) do peso em 2008 face à média no período entre 1996 e 2001.

Note-se que, contrariamente ao esperado, as remessas dos imigrantes para os seus países de origem têm praticamente estagnado e não têm, portanto, acompanhado o número de imigrantes. Algumas razões para que tal tenha ocorrido poderão ter a ver com o reagrupamento familiar e/ou com o agravamento do desemprego entre os imigrantes.

A partir do início dos anos 90, a emigração portuguesa mais recente anda associada ao Acto Único Europeu e os movimentos migratórios que se desenvolveram nestes últimos anos estão sobretudo associados ao sector da construção civil e obras públicas. A saída de trabalhadores do país para trabalharem no estrangeiro sobretudo na Alemanha (“destacamentos de trabalhadores”) motivou a vinda de trabalhadores imigrantes para Portugal para compensarem a escassez de mão-de-obra, possibilitando-se o desenvolvimento das obras públicas (infra-estruturas viárias e de comunicação, construção de edifícios públicos) que a canalização de um volume substancial de fundos estruturais originários da UE permitiu.

A nova situação decorrente da entrada de Portugal na U.E, a criação e estruturação de redes migratórias para novos destinos, como é o caso da Suíça, e bem assim, as novas condições legais de mobilidade internacional de trabalhadores, em particular no que respeita à cedência de serviços de mão-de-obra vieram favorecer o desenvolvimento de uma emigração de carácter temporário e informal e colocar Portugal como uma placa giratória que distribui e absorve mão-de-obra de acordo com as necessidades dos mercados nacional e internacional, em particular no espaço económico e político em que está inserido.

Aspecto a realçar é o facto de, muito embora se terem alterado as circunstâncias e o quadro institucional da saída de trabalhadores portugueses para o estrangeiro, em particular para os países da U.E., as condições de trabalho e de vida das comunidades portuguesas nos países europeus continuaram a não sofrer qualquer alteração. No que respeita à emigração, a CGTP-IN luta para que aos cidadãos portugueses sejam reconhecidos os direitos de cidadania e exigem dos países de acolhimento, em particular das entidades patronais, a adopção de atitudes, medidas e comportamentos que abandonem práticas discriminatórias que, em maior ou menor grau, ainda existem em muitas situações. O estreitamento dos laços de solidariedade e de relacionamento com os sindicatos dos países de acolhimento das comunidades portuguesas, uma ligação mais sistemática com os trabalhadores emigrantes e uma pressão constante juntos das instituições do Estado português para responder mais eficazmente aos interesses dos trabalhadores portugueses espalhados pelo mundo, são frentes de trabalho que a CGTP continua, responsabilmente, a construir e reforçar.

## **2.2 ▶ As Comunidades Portuguesas no Mundo**

De acordo com os dados da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas<sup>5</sup>, existem mais de 4,8 milhões de portugueses e seus descendentes espalhados pelos 4 cantos do mundo. No gráfico seguinte evidenciam-se os países com maior importância relativa (mais de 20 mil portugueses), salientando-se que em apenas 15 países se concentra mais de 98% da Comunidade Portuguesa, embora ela esteja presente em mais de 120 países.

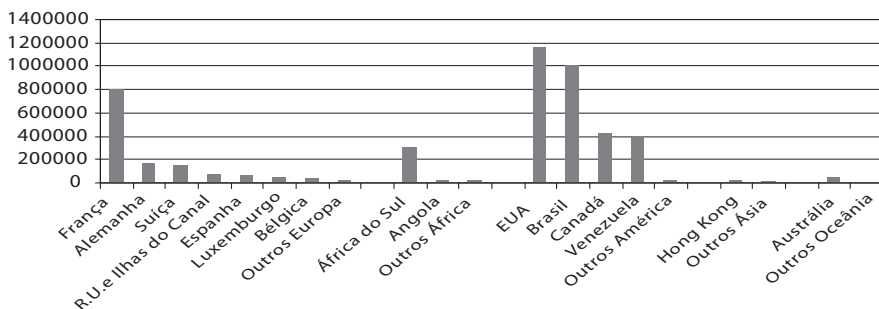
De acordo com essa informação, certamente desactualizada, o conjunto de 6 países

---

<sup>5</sup> Dados reportados a 2001 (?!).

(Estados Unidos, Brasil, França, Canadá, Venezuela e África do Sul) concentra mais de 4 milhões de portugueses, ou seja cerca de 85% do total das Comunidades Portuguesas. Na Europa, onde vivem cerca de 29% das Comunidades Portuguesas, para além da França, os países que concentram mais portugueses são a Alemanha (170 mil), a Suíça (151 mil), o Reino Unido (80 mil), a Espanha (64 mil), o Luxemburgo (54 mil) e a Bélgica (28 mil).

### As Comunidades Portuguesas, SECP



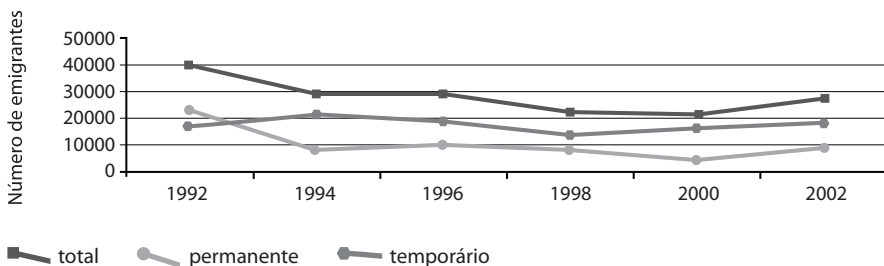
Fonte: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas

### 2.3 A emigração recente

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), na década de 90 teriam emigrado de Portugal cerca de 300 mil pessoas, ou seja cerca de 30 mil pessoas por ano. O gráfico seguinte ilustra a evolução da emigração ao longo dos últimos anos entre 1992 e 2002.

Como se pode ver no gráfico seguinte, a partir de 1993, ano em que se verificou um certo equilíbrio entre emigração temporária e permanente (na ordem dos 16/17 mil pessoas), a emigração temporária tem assumido uma maior importância em detrimento da emigração permanente.

### Evolução da emigração portuguesa, 1992-2003



Fonte: INE, Estatísticas demográficas

Em 2002, emigraram mais de 27 mil indivíduos, representando a emigração temporária 67,8% desse total. Nesse ano, os principais destinos da emigração portuguesa foram a Suíça (8300), a França (6000), a Espanha (2900), o Reino Unido (1900), a Alemanha (1000), a Bélgica (700) e o Luxemburgo (700), tendo o conjunto destes três países recebido cerca de 63% do total da emigração. A emigração temporária atinge os 86% do total no caso da Espanha, os 73% do total no caso da Suíça e os 70% do total no caso da França. Nesse ano, cerca de 59% dos emigrantes tinham entre 15 e 29 anos e 83% tinham idades compreendidas entre 15 e 44 anos. Cerca de 48% dos emigrantes tinham instrução não superior ao ensino básico (1º ciclo), 41% tinham o ensino básico (2º e 3º ciclo) e apenas 5,5% possuíam o Secundário e 5,8% tinham o ensino superior.

As características da emigração portuguesa, em particular o seu baixo nível de formação e o seu cada vez mais importante carácter não permanente, justificam uma maior necessidade de apoio por parte das estruturas do Estado, para tal vocacionadas.

Em 2002, as mulheres representavam 18,3% do total da emigração (8,0 mil) e a proporção de temporárias eram ligeiramente inferior à da emigração total (62% contra 68%).

Saliente-se que a Europa concentrou em 2002 cerca de 81% da emigração portuguesa (a Suíça concentrou 37% dos emigrantes). Em cada 10 emigrantes, 8 dirigem-se para a Europa, 1 para a África e Ásia e 1 para as Américas.

**Ainda que o INE, a partir de 2003<sup>6</sup>, tenha deixado de disponibilizar informação sobre a emigração tudo leva a crer que os fluxos de saída de nacionais para trabalhar no estrangeiro teriam aumentado significativamente nos anos mais recentes<sup>7</sup>.** Com efeito, tendo em conta a informação do INE sobre o número de estrangeiros residentes em Portugal e sobre o saldo migratório (entradas de estrangeiros menos saída de nacionais), estima-se que a emigração, nos últimos 3 anos, se tenha situado à volta dos 35 mil indivíduos ao ano.

Uma das principais características deste novo formato da emigração portuguesa para a Europa é que, nos países que compõem a U.E., institucionalmente as comunidades portuguesas são consideradas de “cidadãos europeus” e não imigrantes, deixando, por isso, de ter acesso a programas e projectos de apoio a imigrantes. Porém, socialmente, as condições de vida e de trabalho continuam a ser as que caracterizam os imigrantes: sobre-exploração, degradantes condições de vida, precariedade e desigualdades no trabalho.

Esta realidade e, sobretudo, o aumento do ritmo anual de saída de nacionais para trabalhar no estrangeiro, exigem uma compreensão crítica profunda e uma outra política de emigração por parte do Governo, que se recusa a assumi-la, e a um posicionamento mais dinâmico, solidário e actuante do Movimento Sindical e outras entidades e organizações da emigração.

---

<sup>6</sup> Alguns adiantam que a inexistência de dados estatísticos sobre a emigração serve, designadamente, para atenuar de algum modo os elevados níveis de desemprego que se têm verificado no país.

<sup>7</sup> Em vez dos 16 mil ao ano, entre 1992 e 2002, a emigração atinge agora valores da ordem dos 35 mil ao ano, o que equivale a valores muito aproximados aos verificados na primeira metade da década 1960-1970.

Os dados recentes disponíveis sobre a saída de portugueses para os países em que existe registo estatístico<sup>8</sup> apontam para valores significativos da emigração portuguesa nos últimos anos (Quadro 3).

### Movimento da população: entradas de portugueses em países de acolhimento (milhares)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Suíça	12,2	13,5	12,1	12,4	15,4	-
Bélgica	1,8	1,9	1,9	2,0	2,3	-
EUA		1,0	1,1	1,4	1,0	0,8
Brasil		0,5	0,6	0,5	0,6	0,7
Luxemburgo	3,9	3,5	3,8	3,8	4,4	-
Espanha	4,8	9,9	13,3	20,7	27,2	-
Alemanha	3,4		3,4		3,8	4,2
R. Unido	12,6	13,9	11,7	9,7	12,0	
Angola				17,3	24,3	23,3

**Fonte:** Observatório da emigração

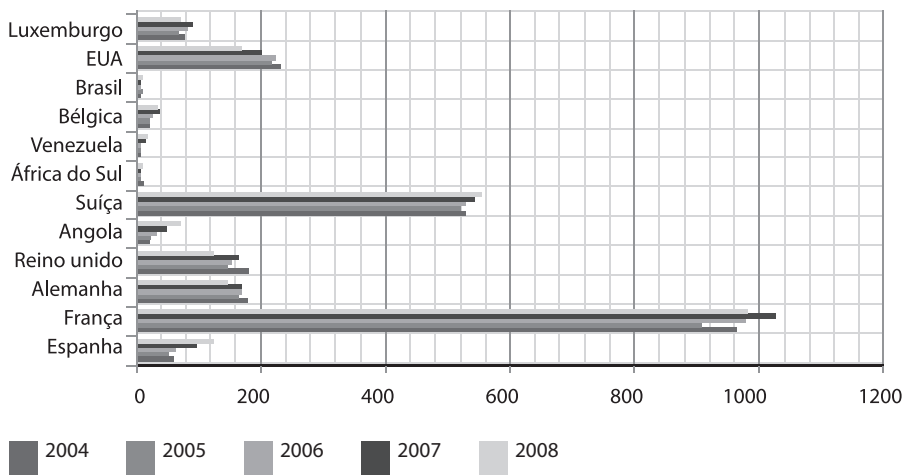
A consulta ao sítio do Observatório da Emigração<sup>9</sup> permite apresentar a evolução mais recente das remessas de emigrantes nos países de maior peso da emigração portuguesa. Assiste-se a uma quebra em 2008<sup>10</sup>, face ao ano anterior, nos casos de França, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo e EUA; em contrapartida, na Suíça, Angola e Espanha verificou-se um crescimento do valor das remessas de emigrantes o que certamente estará associado a um aumento de emigrantes portugueses para estes países.

<sup>8</sup> [www.observatorio.secomunidades.pt](http://www.observatorio.secomunidades.pt)

<sup>9</sup> [www.observatorioemigracao.secomunidades.pt](http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt) (acesso em 20.11.2009).

<sup>10</sup> Pensa-se que esta quebra se terá devido à crise económica e mais dificuldades para os emigrantes, o que deverá acentuar-se em 2009, já que a ideia que existe é que a saída de portugueses para o estrangeiro não terá diminuído em 2008 face ao ano anterior.

## Remessas de emigrantes, em milhões de euros



**EUFonte:** Observatório da emigração

As dificuldades económicas e financeiras do país e a crescente degradação das condições do mercado de trabalho, têm atirado para fora de Portugal largos milhares de jovens portugueses, muitos deles com elevadas qualificações, que não encontram empregos com salários e condições de trabalho minimamente compatíveis com as suas formações, competências e expectativas

# A imigração em Portugal

## 1 ▶ A população estrangeira em Portugal

O número de estrangeiros em Portugal manteve-se praticamente inalterado entre 1960 e 1975, rondando as três dezenas de milhar. A partir do início dos anos 80 verificou-se um crescimento ininterrupto dos residentes estrangeiros: em 1980 eram cerca de 50 mil; em 1985 eram cerca de 80 mil; em 1990 eram cerca de 108 mil; em 1995 eram cerca de 168 mil; em 1999 eram cerca de 191 mil; em 2001 eram cerca de 351 mil; em 2009 ultrapassavam os 454 mil<sup>11</sup>.

### População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2001-2009

Continente / País de Nacionalidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
<b>Total</b>	223 997	238 929	249 995	263 322	274 631	332 137	401 612	436 020	451 742
	<i>Homens</i>	125 958	132 663	137 607	143 319	147 980	181 910	219 765	228 289
	<i>Mulheres</i>	98 039	106 266	112 388	120 003	126 651	150 227	181 847	207 731
<b>Europa</b>	67 127	72 229	77 124	83 687	88 781	124 901	168 124	166 025	176 440
Alemanha	11 167	11 878	12 539	13 097	13 622	13 870	15 498	8 187	8 614
Bélgica	2 278	2 434	2 552	2 654	2 741	2 798	1 091	1 560	1 609
Espanha	13 645	14 599	15 281	15 874	16 398	16 611	18 030	7 220	8 060
França	7 817	8 377	8 841	9 247	9 589	9 737	10 556	4 576	4 883
Itália	3 380	3 771	4 185	4 569	4 821	4 954	5 985	3 915	4 499
Moldávia	45	97	270	1 048	1 390	7 459	11 414	21 067	20 726
Países Baixos	4 460	4 812	5 102	5 347	5 658	5 869	6 589	4 360	4 577
Reino Unido	14 953	15 903	16 860	17 976	19 005	19 761	23 608	15 371	16 373
Roménia	508	615	764	1 219	1 564	5 446	17 200	26 425	32 457
Rússia	596	699	858	1 155	1 342	3 375	4 523	6 181	6 109
Suécia	1 317	1 371	1 405	1 456	1 500	1 521	1 649	0 699	0 746
Suíça	1 407	1 472	1 555	1 617	1 662	1 692	1 827	1 011	1 003
Ucrânia	203	299	525	1 551	2 120	22 846	34 240	52 472	52 253
<b>Outros Países Europa</b>	5 351	5 902	6 387	6 877	7 369	8 962	13 914	12 981	14 531
<b>África</b>	107 309	114 399	117 954	121 584	124 541	129 806	138 337	125 671	120 285
Angola	22 751	24 782	25 616	26 517	27 533	28 856	30 431	27 307	26 292
Cabo Verde	49 845	52 223	53 434	54 788	55 608	57 369	61 110	50 887	48 417
Guiné Bissau	17 791	19 227	20 041	20 511	20 935	21 170	22 174	23 842	22 404
Mocambique	4 725	4 864	4 916	4 953	5 029	5 156	5 403	3 347	3 305
S. Tomé e Príncipe	6 304	6 968	7 279	7 828	8 198	8 874	9 746	11 402	11 142
<b>Total dos Países</b>	101 416	108 064	111 332	114 597	117 303	121 423	128 854	116 785	111 560
<b>Outros Países África</b>	5 893	6 335	6 668	6 987	7 238	8 383	9 483	8 886	8 886
<b>América</b>	39 018	40 535	42 509	44 879	47 624	58 708	72 387	115 549	124 667
<b>América do Norte</b>	10 183	10 138	10 116	10 108	10 080	10 122	10 228	3 180	3 179
EUA	8 023	8 000	7 998	7 986	7 985	8 020	8 097	2 228	2 220
<b>América Central e do Sul</b>	28 835	30 397	32 393	34 771	37 544	48 586	62 159	112 369	121 488
Brasil	23 422	24 762	26 508	28 730	31 500	42 319	55 865	106 704	115 882
Venezuela	3 508	3 520	3 517	3 458	3 308	3 209	3 177	2 362	2 169
<b>Ásia</b>	9 724	10 938	11 565	12 331	12 837	17 870	21 902	28 425	30 020
China	3 953	4 529	4 810	5 278	5 551	8 081	9 689	13 313	14 373
Índia	1 360	1 525	1 612	1 686	1 749	2 611	3 538	5 457	5 734
Japão	800	818	838	851	864	868	896	361	350
Paquistão	1 034	1 194	1 279	1 344	1 380	1 779	2 092	2 729	2 696
Oceânia	537	545	557	554	558	563	572	264	255
Austrália	476	483	489	486	489	491	497	224	218
<b>Outros Países Ásia e Oceânia</b>	2 577	2 872	3 026	3 172	3 293	4 496	5 687	6 565	6 565
<b>Apátridas e Desconhecida</b>	282	283	286	287	290	289	290	86	79

Fonte: Ministério da Administração Interna/ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MEI/SEF)

\* Dados disponíveis em Junho de 2009

<sup>11</sup> Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2009.



**Notas:** Por comparação com o ano de 2005 verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/88 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Art. 217 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

Nos anos mais recentes tem-se assistido a uma mudança na origem da população estrangeira que solicitou o estatuto legal de residência, ocupando agora o Brasil a posição anteriormente detida pelos países do Leste Europeu. De facto, em 2008, os cidadãos brasileiros representavam 45% do total da população estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, quando em 2002 representava apenas cerca de 11%; entre 2002 e 2008 a população total estrangeira que solicitou estatuto legal de residente, cresceu em média cerca de 26% ao ano, enquanto o crescimento de cidadãos brasileiros foi, nesse período, de 60% ao ano.

### Número de solicitações de autorização de residência

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	18 311	14 108	16 519	14 708	62 332	60 117	72 826	61 445
Brasil	1 942	2 202	2 677	3 212	11 389	11 564	32 751	23 138
Roménia	115	154	463	361	3 909	10 976	5 251	8 111
Cabo Verde	3 318	2 053	2 388	1 902	3 156	3 028	5 620	4 575
Ucrânia	103	234	1 029	574	20 744	8 957	3 624	2 362
Reino Unido	1 035	1 046	1 210	1 115	837	3 856	2 670	2 154
China	587	294	472	289	2 549	1 037	2 046	1 947
Angola	2 288	1 089	1 105	1 267	1 771	1 126	2 021	1 543
Moldávia	52	176	781	347	6 078	3 060	2 438	1 533
Bulgária				77	834	2 959	884	1 519
Guiné-Bissau	1 686	1 051	835	776	1 442	846	2 455	1 485

### Solicitações de autorização de residência (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	10,6	15,6	16,2	21,8	18,3	19,2	45,0	37,7
Roménia	0,6	1,1	2,8	2,5	6,3	18,3	7,2	13,2
Cabo Verde	18,1	14,6	14,5	12,9	5,1	5,0	7,7	7,4
Ucrânia	0,6	1,7	6,2	3,9	33,3	14,9	5,0	3,8
Reino Unido	5,7	7,4	7,3	7,6	1,3	6,4	3,7	3,5
China	3,2	2,1	2,9	2,0	4,1	1,7	2,8	3,2
Angola	12,5	7,7	6,7	8,6	2,8	1,9	2,8	2,5
Moldávia	0,3	1,2	4,7	2,4	9,8	5,1	3,3	2,5
Bulgária				0,5	1,3	4,9	1,2	2,5
Guiné-Bissau	9,2	7,4	5,1	5,3	2,3	1,4	3,4	2,4

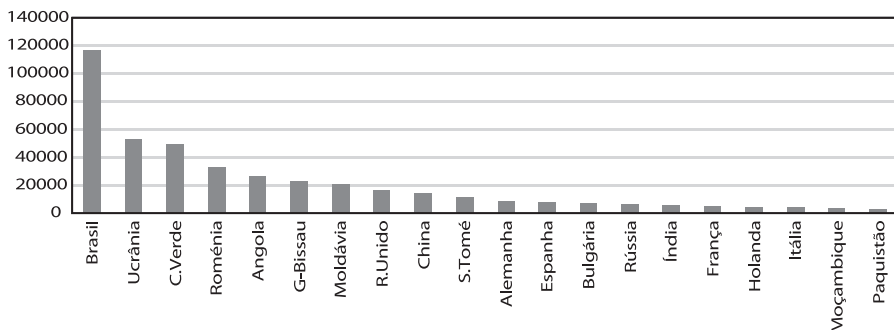
**Fonte:** Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

\* Dados disponíveis em Junho de 2010

<sup>12</sup> Refira-se que dos 452 milhares de cidadãos estrangeiros com residência legalizada em Portugal, em Junho de 2009, cerca de 25,7% eram de nacionalidade brasileira, ultrapassando já em termos de importância relativa a comunidade imigrante de nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (24,7%).

A ordenação em termos da importância do peso da população estrangeira<sup>13</sup>, por principais nacionalidades é a seguinte: Brasil (116 mil pessoas a que corresponde 25,6% do total da população estrangeira em Portugal), Ucrânia (52 mil e 11,5%), Cabo Verde (49 mil e 10,8%), Roménia (32 mil e 7,1%), Angola (27 mil e 5,8%), Guiné-Bissau (23 mil e 5,1%) e Moldávia (21 mil e 4,6%). O conjunto destes 7 países concentra 70,5% da população estrangeira residente em Portugal. No gráfico seguinte constam os 20 países com maior peso na imigração portuguesa<sup>14</sup>.

### Imigrantes em Portugal das 20 primeiras nacionalidades



Fonte: SEF, 2009

Uma última nota refere-se à localização distrital dos imigrantes em Portugal. Apesar de se ter verificado um menor índice de concentração dos imigrantes mais recentes e uma fixação mais uniforme por todo o território nacional, os distritos de Lisboa (com 43,3% do total de imigrantes), Faro (com 16,1%) e Setúbal (com 10,9%), em conjunto, representam mais de 70% do total dos imigrantes.

<sup>13</sup> Relatório citado do SEF, 2009.

<sup>14</sup> O conjunto destes 15 países concentrava, em 2008, cerca de 92% do total de imigrantes em Portugal

<b>Distrito</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total %</b>
Total Nacional	454 191	234 412	219 779	100,0
Aveiro	14 206	7 385	6 821	3,1
Beja	5 667	3 044	2 623	1,2
Braga	9 769	5 102	4 667	2,2
Bragança	1 811	919	892	0,4
Castelo Branco	3 066	1 592	1 474	0,7
Coimbra	11 604	5 934	5 670	2,6
Évora	3 934	2 081	1 853	0,9
Faro	73 277	38 909	34 368	16,1
Guarda	1 881	1 007	874	0,4
Leiria	16 989	9 013	7 976	3,7
Lisboa	196 798	100 031	96 767	43,3
Portalegre	2 801	1 491	1 310	0,6
Porto	28 107	14 284	13 823	6,2
Santarém	14 416	7 667	6 749	3,2
Setúbal	49 309	24 859	24 450	10,9
Viana do Castelo	3 141	1 731	1 410	0,7
Vila Real	2 098	1 020	1 078	0,5
Viseu	4 678	2 552	2 126	1,0
Açores	3 534	2 022	1 512	0,8
Madeira	7 105	3 769	3 336	1,6

**Fonte:** Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

## **2 ▶ A emigração e as comunidades portuguesas no mundo**

### **2.1 ▶ A emigração portuguesa**

A tradição de informalidade dos sectores em que trabalham os imigrantes e a cadeia complexa de relações que se estabelece entre os agentes envolvidos no sector da construção civil e nas obras públicas (empresas de colocação de mão-de-obra e subcontratadores), oferece aos empregadores públicos e privados vantagens imediatas ao nível dos custos e possibilita aos trabalhadores imigrantes algumas possibilidades de geração de poupanças. No entanto, existem situações de exploração extrema dos trabalhadores imigrantes no que respeita a condições de trabalho (salários, horários, higiene e segurança), de forte vulnerabilidade a redes internacionais de colocadores de mão-de-obra e de ausência de compreensão das instituições e dos processos burocráticos do país.

A CGTP-IN tem defendido que algumas das soluções jurídicas encontradas, não responderam às principais reivindicações e necessidades dos imigrantes, nomeadamente, com a criação de um estatuto de autorização de permanência e não de residência e de uma insuficiente regulamentação do reagrupamento familiar. Neste contexto, a CGTP-IN

condena firmemente a estratégia das empresas que tentam utilizar a mão-de-obra barata para manter um modelo suportado em baixos salários, elevada precariedade, alto índice de exploração, reduzido investimento na formação profissional dos trabalhadores e manutenção dos atrasos tecnológicos e organizativos das empresas.

De acordo com os dados da Inspeção-Geral do Trabalho tem-se registado nos últimos anos uma quebra acentuada do número de pedidos de apreciação de contratos de trabalho de estrangeiros com vista à obtenção de autorização de permanência de imigrantes, passando de 142 mil em 2001, para apenas 7 mil em 2007. (ver quadro seguinte).

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Contratos de imigrantes (em milhares)	141,6	60,1	7,4	13,9	23,9	21,6	6,8

**Fonte:** Relatórios de Actividade da Inspeção-Geral do Trabalho (Autoridade para as Condições de Trabalho), 2001 a 2007

Os dados mais recentes do SEF indicam que a população estrangeira ronde os 450 mil indivíduos. Ainda assim, refira-se que este número está certamente sub-avaliado, uma vez que a actividade sindical se confronta no quotidiano com a existência de grande número de trabalhadores indocumentados.

A necessidade de salvaguardar os direitos das pessoas imigradas e uma nova postura por parte das associações patronais e de muitas empresas mais compatível com a ética e a legalidade (salários justos, pagamento de contribuições para a segurança social e impostos) e a consideração das qualificações dos trabalhadores constituem preocupações que a sociedade portuguesa vem exprimindo face a esta realidade de país de imigração crescente. A este nível, enquanto país tradicional de emigração, temos responsabilidades particulares de que não podemos nem queremos abdicar. O Estado não se poderá demitir do exercício de garantir aos trabalhadores residentes em Portugal um estatuto de cidadania, promovendo a igualdade de oportunidades e o tratamento idêntico, em particular actuando ao nível duma fiscalização exemplar para fazer cumprir as leis e impedir práticas discriminatórias por parte das entidades patronais.

As estimativas mais recentes<sup>15</sup> sobre a importância das remessas de imigrantes para os seus países de origem apontam valores anuais da ordem dos 600 a 700 milhões de euros, o que gera receitas importantes para os cofres do Estado, em termos de impostos e de contribuições para a segurança social.

## 2.2 A situação económica e social dos imigrantes

Esta análise tem sobretudo por base a informação constante nos Inquéritos ao Emprego<sup>16</sup>, do INE, nos Quadros de Pessoal<sup>17</sup> que as entidades patronais enviam anualmente ao Ministério do Trabalho, procurando-se caracterizar a evolução económica e social da população imigrante ao longo dos últimos anos.

<sup>15</sup> O que corresponde a cerca de 0,4% do PIB (Relatório do Banco de Portugal de 2008).

<sup>16</sup>Dados trimestrais disponíveis entre 2004 e 2010. A consideração desta série fica a dever-se por um lado, à credibilidade do INE e, por outro, à maior actualização possível da informação (3º trimestre de 2010), muito embora, por razões operacionais, se tenha apenas considerado o 3º trimestre de cada ano.

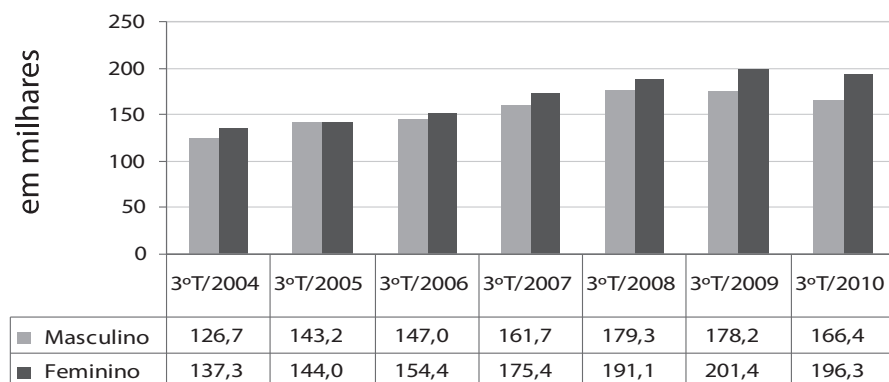
<sup>17</sup> Considerou-se a série entre 2002 e 2008. na generalidade dos casos são considerados os dados de 2002, 2005 e 2008 (último ano disponível).

## 2.2.1 † Género

A população imigrante entre 2004 e 2010 teria aumentado cerca de 5,4% ao ano (4,6% no caso dos homens e 6,1% no caso das mulheres). Assim, segundo os dados do Inquérito ao Emprego do INE, a população imigrante total passou de 264 mil em 2004 para cerca de 363 mil em 2010 (ou seja, um aumento total no período da ordem dos 99 mil, mais 40 mil homens e mais 59 mil mulheres.).

Refira-se que no ano de 2010 se teria verificado uma quebra da ordem dos 17 mil face ao ano anterior (variação anual de menos 4,5% no total, menos 6,6% nos homens e menos 2,5% nas mulheres). O gráfico seguinte ilustra a evolução dos imigrantes, por género, ao longo dos últimos anos.

**População imigrante por género**



Fonte: INE, Inquérito ao emprego (dados trimestrais)

## 2.2.2 † Escalão etário

De acordo com as estatísticas do INE, do Inquérito ao Emprego, verifica-se que, em 2010, cerca de 55% dos imigrantes têm entre 25 e 45 anos (35% dos imigrantes têm entre 25 e 34 anos e 20% têm entre 35 e 45 anos). Cerca de 25% dos imigrantes tinham nessa data idade inferior a 25 anos (12,5% entre 0 e 14 anos e 12% entre 15 e 24 anos). O escalão etário mais elevado, o de 45 ou mais anos de idade, concentra apenas 20% do total dos imigrantes. Trata-se pois de uma população muito mais jovem do que a população portuguesa.

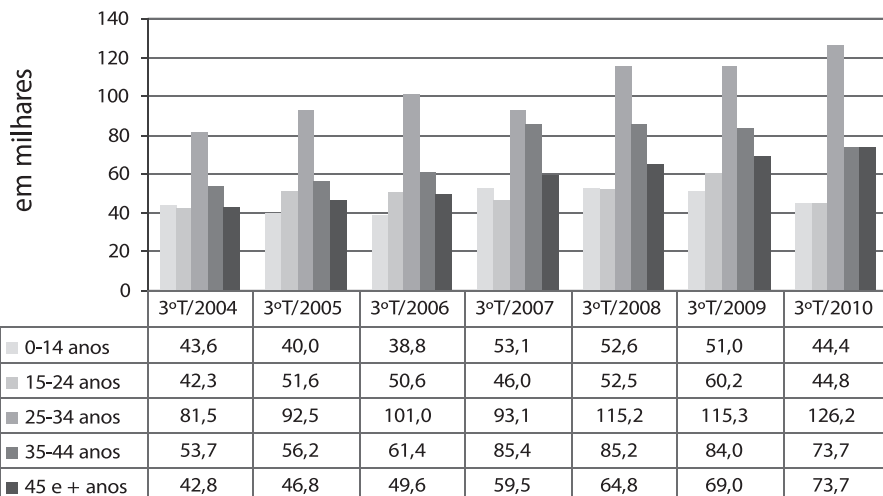
No gráfico 7 apresenta-se a evolução dos imigrantes por escalão etário, importando dizer que, entre 2004 e 2010 a estrutura etária da população imigrante se teria alterado ligeiramente: a população mais jovem dos 0 aos 24 anos teria diminuído 9 pontos percentuais<sup>18</sup>; a população mais idosa (45 anos ou mais) teria aumentado 4 pontos percentuais<sup>19</sup> e a população entre os 25 e os 45 anos aumentou 4 pontos percentuais<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> A população imigrante dos 0 aos 14 anos passou dos 16,5% em 2004 para 12,2% em 2010; a dos 15 aos 24 anos passou de 16% para 12,3%.

<sup>19</sup> A população imigrante com 45 ou mais anos passou de 16,2% em 2004 para 20,3% em 2010.

<sup>20</sup> A população entre os 25 e os 34 anos passou de 30,9% em 2004 para 34,7% em 2010; a dos 35 aos 44 anos manteve-se constante (20,3%).

## Imigrantes por escalão etário (em milhares)



Fonte: INE, Inquérito ao emprego (dados trimestrais)

### 2.2.3 Situação na Profissão

Os imigrantes em Portugal são essencialmente trabalhadores por conta de outrem (TPCO), pois esta categoria representa cerca de 95% do total das pessoas ao serviço enquanto a categoria de empregador representa apenas 4,2%.

O quadro seguinte permite afirmar que o peso dos TPCO nos imigrantes é ligeiramente mais elevado para os imigrantes face ao que se regista no conjunto do emprego no país; inversamente o peso dos empregadores nos imigrantes é bastante mais diminuto, embora se tenha assistido a uma aproximação ao longo dos últimos anos.

#### População imigrante segundo a situação na profissão

	Imigrantes, segundo a situação na profissão						Total nacional	
	2002		2005		2008		2002	2008
	Número	%	Número	%	Número	%	%	%
TPCO	115098	97,6	149074	96,8	170086	95,4	90,7	92,3
Empregador	2712	2,3	4674	3,0	7489	4,2	9,0	7,2
Outra	113	0,1	229	0,1	633	0,4	0,3	0,5
Total	117923	100,0	153977	100,0	178208	100,0	100,0	100,0

Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS

Tal como sucede para a generalidade do emprego em Portugal, o peso da categoria de empregador nos imigrantes é mais diminuto nas mulheres que nos homens (4,8% no caso dos homens contra 3,3% nas mulheres).

Segundo as estatísticas do INE, do Inquérito ao Emprego, verifica-se que o peso dos TPCO, ao longo dos últimos anos, tem permanecido à volta dos 90%.

## Evolução dos TPCO imigrantes (em milhares)

	3ºT/2004	3ºT/2005	3ºT/2006	3ºT/2007	3ºT/2008	3ºT/2009	3ºT/2010
TPCO	126	152,4	170,6	171,1	202,3	186	177,6
Conta Própria	17,5	17,3	12,2	25,3	29,1	21,6	27,1
% de TPCO	87,8	89,8	93,3	87,1	87,4	89,6	86,8

Fonte: INE, Inquérito ao emprego (dados trimestrais)

### 2.2.4 Condição perante o trabalho

A taxa de desemprego na população imigrante tem assumido valores cada vez mais elevados, variando entre os 10% em 2004 para cerca de 18% em 2010<sup>21</sup>. Entre 2004 e 2010, o número de imigrantes desempregados foi multiplicado por 2,7 vezes, passando de 16,2 milhares em 2004 para 44,4 milhares em 2010, ou seja, mais 28,2 mil desempregados.

### Evolução da taxa de desemprego nos imigrantes

	3ºT/2004	3ºT/2005	3ºT/2006	3ºT/2007	3ºT/2008	3ºT/2009	3ºT/2010
Empregados	145,3	171,2	184,1	198,1	232,3	208,3	206,1
Desempregados	16,2	25,7	20,5	25,6	23	39,7	44,4
Inactivos	102,5	90,3	96,9	113,4	115,1	131,6	112,3
Taxa de desemprego (%)	10,0%	13,1%	10,0%	11,4%	9,0%	16,0%	17,7%

Fonte: INE, Inquérito ao emprego (dados trimestrais)

### 2.2.5 Apoio ao desemprego

Como se constata no quadro seguinte, o número de beneficiários estrangeiros de prestações de desemprego tem-se situado entre os 13 e os 26 mil, representando entre os 5% e os 7% do total de beneficiários<sup>22</sup>. No período entre 2005 e 2010, a taxa média de crescimento foi de 5,7% ao ano para os beneficiários estrangeiros (contra menos 1,3% ao ano para o conjunto dos beneficiários, o que poderá traduzir uma degradação mais intensa das condições de empregabilidade para os estrangeiros e/ou um melhor conhecimento dos seus direitos e condições de acesso ao apoio ao emprego.

### Evolução dos beneficiários estrangeiros, 2005-2010

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1. Total de beneficiários	315 566	286 043	252 241	278 850	362 719	295 218
2. Beneficiários estrangeiros	14 364	14 234	12 916	17 480	25 756	18 941
3. Benef. estrangeiros (em %)	4,6	5,0	5,1	6,3	7,1	6,4

Fonte: Boletim Estatístico do DGEEP, dados de Dezembro de cada ano (IIES/MTSS, Estatísticas da Segurança Social)

<sup>21</sup> Esta situação não é única em Portugal, pois na generalidade dos países europeus foram os trabalhadores imigrantes aqueles que mais foram afectados pela crise mundial, em particular no que respeita ao agravamento do desemprego. A taxa de desemprego dos imigrantes tem sido cerca do dobro da registada para a generalidade dos trabalhadores.

<sup>22</sup> Inclui os beneficiários do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.

Salienta-se o pico atingido em 2009, um pouco mais de um ano após o detonar da crise financeira, em que o número de beneficiários atinge cerca de 26 mil, representando 7,1% do total de beneficiários.

## 2.2.6 Sector de actividade

Segundo as estatísticas do INE, do Inquérito ao Emprego, verifica-se que 2/3 dos imigrantes trabalham no sector dos serviços e cerca de 1/3 nas actividades da indústria e construção. Entre 2004 e 2010, o peso dos imigrantes teria permanecido constante na Indústria (cerca de 13%), sofreu uma diminuição sensível na construção (23% em 2004 para 17% em 2010) e teria aumentado nos serviços (de 62% para 66%)<sup>23</sup>.

### Distribuição dos imigrantes por sector de actividade, em milhares, 2004-2010

	3ºT/2004	3ºT/2005	3ºT/2006	3ºT/2007	3ºT/2008	3ºT/2009	3ºT/2010
<b>Indústr, Construção, Outra</b>	53,1	65,0	67,8	70,4	78,3	67,5	66,0
<b>Das quais: Indústria</b>	18,4	18,5	25,8	21,7	22,6	22,9	27,6
<b>Construção</b>	34,0	46,1	41,7	47,2	53,9	40,3	35,9
<b>Serviços</b>	89,3	103,4	110,7	123,4	148,7	135,5	136,4
<b>Dos quais: Comércio</b>	19,0	23,8	21,9	21,1	24,1	22,7	21,6
<b>Aloj. Restauração</b>	15,0	23,8	29,4	21,8	33,4	24,9	25,2
<b>Empreg Domésticas</b>	12,5	16,9	9,0	18,4	26,6	21,1	24,4
<b>Total Empregados</b>	145,3	171,2	184,1	198,1	232,3	208,3	206,1

Fonte: INE, Inquérito ao emprego (dados trimestrais)

## 2.2.7 Profissão

Os imigrantes concentram-se sobretudo<sup>24</sup> nas profissões de “não qualificado” (37,3% do total em 2002 e 29,9% em 2008), de “operário, artífice e similar” (25,3% do total em 2002 e 23,0% em 2008) e de “pessoal dos serviços e vendedores” (14,7% em 2002 e 20,8% em 2008). Em conjunto, estas profissões concentravam 78% dos imigrantes em 2002 e cerca de 84% em 2008<sup>25</sup>.

As profissões onde o peso dos imigrantes é relativamente mais diminuto são as de “Quadros superiores da Administração Pública e da empresa” (2,1% do total na população imigrante e 4% do total para a generalidade dos trabalhadores, em 2008), de “Especialistas, profissões intelectuais e científicas” (2,8% contra 6,5%), de “Técnicos profissionais de nível intermédio” (3,9% contra 10,6%) e de “pessoal administrativo e similar” (7,2% contra 14,6%).

<sup>23</sup> Os dados sugerem um aumento ligeiro no sector da Restauração e Alojamentos e no trabalho doméstico e, por outro lado, uma quebra ligeira no sector do comércio grossista e retalhista.

<sup>24</sup> Em termos relativos refira-se também uma maior concentração nas profissões de “agricultores, e trabalhadores qualificados na agricultura e pescas (em 2008, esta profissão representava 3% do total nos imigrantes contra 1,6% do total para a generalidade dos trabalhadores).

<sup>25</sup> Para a generalidade dos trabalhadores, estas profissões concentravam 54% em 2002 e 53% em 2008



Em conjunto, estas profissões concentravam, em 2008, apenas 16% do total de imigrantes, quando no total dos trabalhadores essa importância era da ordem dos 36%. Ainda assim, entre 2002 e 2008, assiste-se a uma certa aproximação, pois em 2002, o peso destas profissões na população imigrante era apenas da ordem dos 12%.

### Distribuição de trabalhadores por profissões (imigrantes e total do país), em 2002 e 2008

	Trabalhadores imigrantes				Total de trabalhadores no país			
	Ano 2002		Ano 2008		Ano 2002		Ano 2008	
	Número	Em %	Número	Em %	Número	Em %	Número	Em %
Quadros Superiores A.P. e empresa	1 637	1,5	3 512	2,1	65 473	2,8	120 556	4,0
Especial. prof. Intelect. e científicas	2 677	2,4	4 747	2,8	108 879	4,6	196 603	6,5
Técnicos prof. de nível intermédio	3 738	3,3	6 622	3,9	235 273	9,9	320 519	10,6
Pessoal administrativo e similares	5 837	5,2	12 196	7,2	360 021	15,1	440 776	14,6
Pessoal dos serviços e vendedores	16 388	14,7	35 363	20,8	359 765	15,1	533 013	17,7
Agricult. e trab qualif. agric. e pescas	2 899	2,6	5 051	3,0	39 885	1,7	49 224	1,6
Operários, artífices e similares	28 311	25,3	39 038	23,0	587 052	24,7	632 424	21,0
Operadores Inst. máq. e montagem	8 599	7,7	12 649	7,4	277 291	11,6	296 718	9,8
Trabalhadores não qualificados	41 766	37,3	50 862	29,9	346 807	14,6	427 097	14,2
<b>Total</b>	<b>111 852</b>	<b>100,0</b>	<b>170 040</b>	<b>100,0</b>	<b>2 380 446</b>	<b>100,0</b>	<b>3 016 930</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS

### 2.2.8 Nível de qualificação

Face ao total dos trabalhadores, os imigrantes concentram-se mais nos níveis de mais baixa qualificação. Com efeito, em 2008, cerca de metade dos imigrantes têm um nível de qualificação inferior a profissionais qualificados (cerca de 1/3 para o conjunto dos trabalhadores); em contrapartida, apenas 6,5% dos imigrantes são quadros superiores, quadros médios ou encarregados/chefes de equipa (15,1% para o conjunto dos trabalhadores).

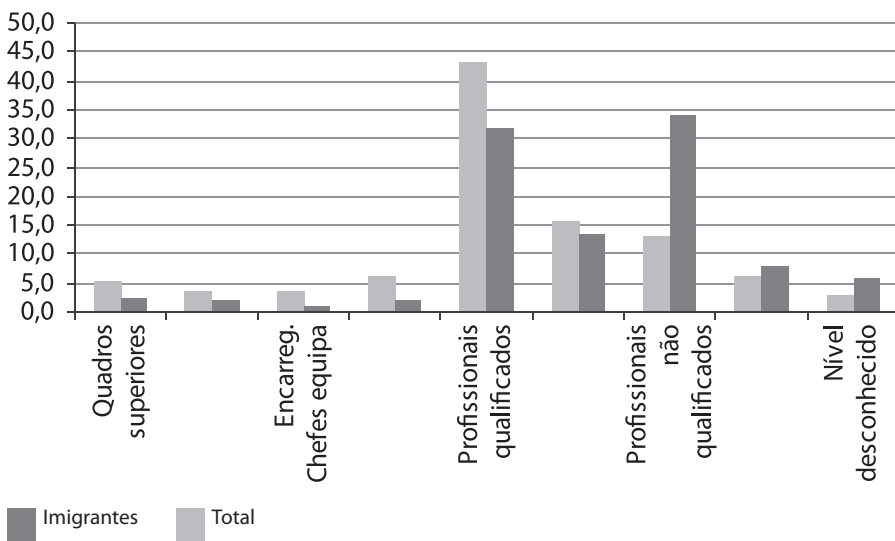
## Distribuição de trabalhadores por níveis de qualificação (imigrantes e total do país), em 2002 e 2008

	Imigrantes, segundo o nível de qualificação						Total nacional	
	2002		2005		2008		2002	2008
	Número	%	Número	%	Número	%	%	%
<b>Quadros superiores</b>	2746	2,4	3862	2,6	5436	3,2	5,1	6,8
<b>Quadros médios</b>	2122	1,8	2825	1,9	2679	1,6	3,7	4,7
<b>Encarregados / Chefes equipa</b>	1241	1,1	1922	1,3	2958	1,7	3,7	3,6
<b>Profiss. altamente qualificados</b>	2325	2,0	3375	2,3	4677	2,7	6,3	7,5
<b>Profissionais qualificados</b>	36611	31,8	49700	33,3	57121	33,6	43,2	38,1
<b>Profiss. semi-qualificados</b>	15305	13,3	22006	14,8	28517	16,8	15,8	16,4
<b>Profissionais não qualificados</b>	39257	34,1	43447	29,1	45667	26,8	13	13
<b>Praticantes e aprendizes</b>	8880	7,7	8619	5,8	9885	5,8	6,4	4,4
<b>Nível desconhecido</b>	6611	5,7	13318	8,9	13146	7,7	2,8	5,6
<b>Total</b>	115098	100,0	149074	100,0	170086	100,0	100	100

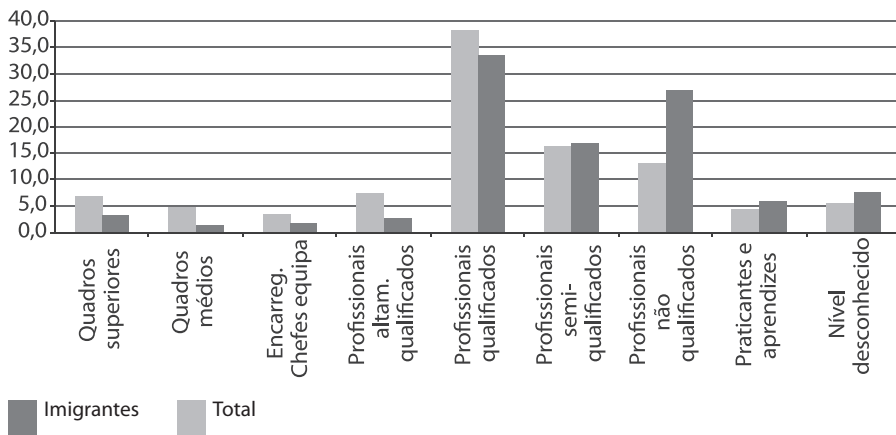
Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS

Ainda assim, constata-se uma tendência de ligeira melhoria da qualificação dos imigrantes ao longo dos últimos anos: em 2002, cerca de 42% dos imigrantes eram não qualificados ou aprendizes e praticantes, mas em 2008, nestes dois grupos de qualificação concentravam-se apenas cerca de 33% dos imigrantes. A esta evolução não será estranha a melhoria havida nos níveis de escolarização dos imigrantes (ver ponto seguinte).

### Imigrantes por níveis de qualificação (Comparação com o conjunto do país)



## % de TPCO por nível de qualificação, 2008



Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS

### 2.2.9 Nível de escolarização

Quanto ao nível de escolarização dos imigrantes assiste-se a uma melhoria ao longo dos últimos anos, evolução que acompanha o que se tem passado ao nível do conjunto do emprego em Portugal. Em 2002, os imigrantes com o 1º ciclo ou inferior representavam cerca de 40% do total; mas em 2008, representavam apenas 25,3%<sup>26</sup>. Considerando o total nacional, em 2002 cerca de 32% do emprego tinha aquele nível de formação, ao passo que em 2008 era apenas de 22%;

### Distribuição de imigrantes por habilitações, em 2002 e 2008

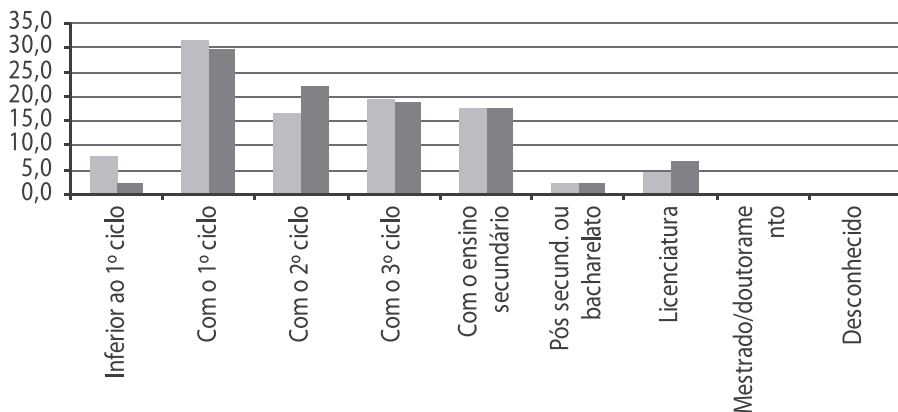
	Imigrantes, segundo a habilitação						Total nacional	
	2002		2005		2008		2002	2008
	Número	%	Número	%	Número	%	%	%
Inferior ao 1º ciclo	8178	7,8	7978	6,1	6923	4,1	2,3	1,4
Com o 1º ciclo	33312	31,8	36332	27,9	36122	21,2	29,9	20,6
Com o 2º ciclo	17198	16,4	21922	16,9	23891	14,0	22,2	19,4
Com o 3º ciclo	20660	19,7	29246	22,5	37971	22,3	18,8	23,1
Com o ensino secundário	18496	17,6	24875	19,1	32806	19,3	17,7	20,8
Pós secund. ou bacharelato	2176	2,1	2717	2,1	2928	1,7	2,3	2,5
Licenciatura	4780	4,6	6971	5,4	8226	4,8	6,8	10,7
Mestrado/doutoramento	0	0,0	0	0,0	1105	0,6	0,0	0,8
Desconhecido	0	0,0	0	0,0	20414	12,0	0,0	0,8
<b>Total</b>	<b>104800</b>	<b>100,0</b>	<b>130041</b>	<b>100,0</b>	<b>170386</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS

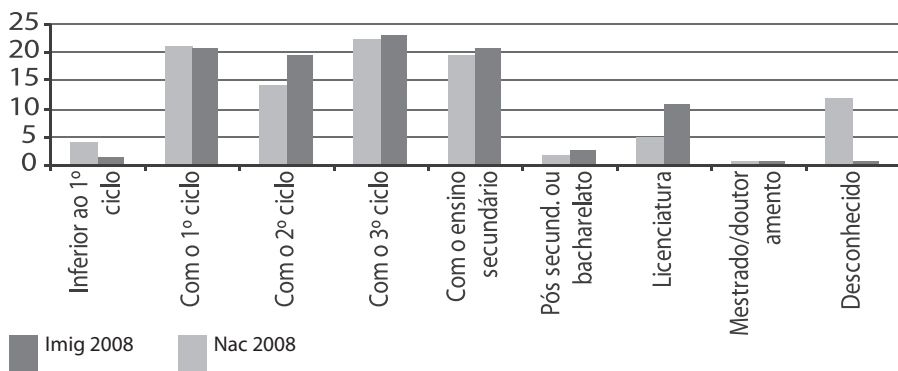
<sup>26</sup> A categoria de “desconhecido” poderá explicar em parte esta melhoria em 2008.

Ainda assim, parece verificar-se que de um modo geral as habilitações dos imigrantes são ligeiramente inferiores às dos restantes trabalhadores, embora se constate nos últimos anos uma tendência para uma melhoria das habilitações.

### Imigrantes por níveis de escolarização, 2002 e 2008 (Comparação com o conjunto do país)



Imig 2002      Nac 2002



Imig 2008      Nac 2008

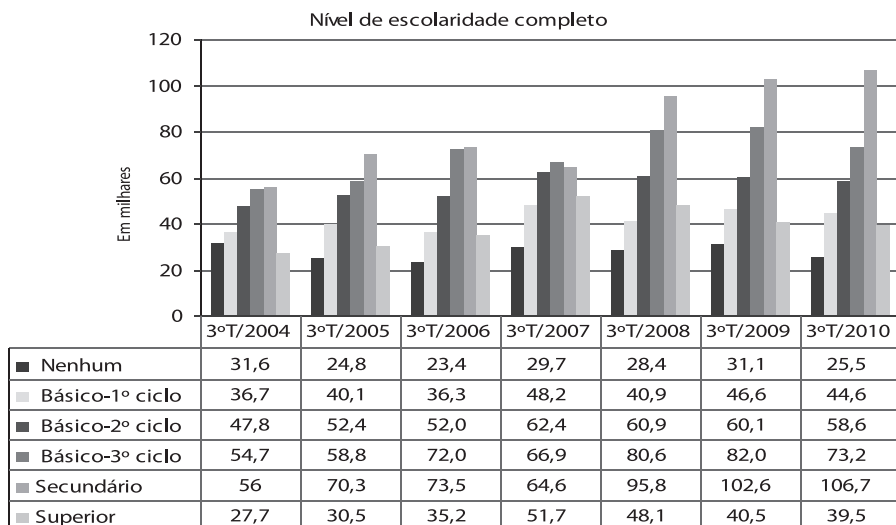
Fonte: Quadros de Pessoal, MTSS

Segundo as estatísticas do INE, do Inquérito ao Emprego, verifica-se que, em 2010, cerca de 31% dos imigrantes tinham completado o secundário e 11% tinham completado uma licenciatura; 7% não possuía qualquer nível de ensino e 13% detinha apenas o 1º ciclo; cerca de 17% tinha completado o 2º ciclo e 21% tinha completado o 3º ciclo.

Em termos de estrutura, a alteração ocorrida entre 2004 e 2010 vai no sentido duma melhoria do nível de escolaridade da população imigrante. De facto, o peso da população imigrante com licenciatura aumentou ligeiramente (de 10,9% para 11,3% do total), mas o peso dos imigrantes com o secundário aumentou cerca de 9 pontos percentuais (de 22%

para 30,7% do total); em contrapartida, a representação no total da ausência de qualquer nível de escolaridade baixou 5 pontos percentuais (de 12,4% para 7,3% do total de imigrantes), a do 1º ciclo e a do 2º ciclo baixaram, cada uma, 2 pontos percentuais (respectivamente de 14,4% para 12,8% e de 18,8% para 16,8%).

### Imigrantes por níveis de escolarização, 2002 e 2008



Finalmente referem-se alguns aspectos mencionados num Relatório recente da OCDE sobre a Educação em Portugal<sup>27</sup>, designadamente:

- i) A proporção dos jovens dos 20-24 anos que não estão na educação e não atingiram o nível secundário é usualmente mais elevada para os indivíduos nascidos no estrangeiro (imigrantes ou sobretudo filhos de imigrantes) do que para os indivíduos nativos. Em 2007, na OCDE, essa proporção é de 25% para os imigrantes e de 15% para os nativos. Contudo, a situação em Portugal é bem diferente, uma vez que essa proporção é mais elevada para os portugueses (42%) do que para os imigrantes (35%).

Assim, Portugal<sup>28</sup> apresentava, em 2007, o pior indicador (logo a seguir à Turquia) quanto à proporção de jovens dos 20-24 anos, estrangeiros ou não, que não estão no ensino nem concluíram o nível secundário.

<sup>27</sup> [www.oecd.org/edu/eag2010](http://www.oecd.org/edu/eag2010) (ver Quadro C3.5.).

<sup>28</sup> As percentagens que comparam com a situação de Portugal (41%), no que respeita à proporção de jovens dos 20 aos 24 anos que não atingiram o nível secundário, são de 52% para a Turquia, 36% para a Espanha, 27% para a Islândia, 22% para a Itália, 21% para a Noruega, 20% para o Luxemburgo, 18% para o Reino Unido, 17% para a Grécia, 15% para a Bélgica e Holanda, 14% para a França e Estónia, 13% para a Alemanha, Áustria, Hungria, 12% para os Estados Unidos, Irlanda, 10% para Israel, 9% para o Canadá, Suécia, Finlândia e Suíça, 6% para a Polónia, Eslováquia, Eslovénia e República Checa.

ii) No caso dos jovens dos 25-29 anos a situação de discriminação no emprego é bem mais grave em Portugal. De facto, o peso dos imigrantes nos jovens dos 25-29 anos é em Portugal de 9% (13% nos países da OCDE). A proporção dos jovens dos 25-29 anos com formação superior é idêntica para os imigrantes e para os nativos, seja em Portugal (30%), seja na OCDE (38%). No entanto, a proporção de jovens dos 25-29 anos, com formação superior e já no mercado de trabalho, é bem inferior nos imigrantes do que nos nativos (64% contra 72% nos países da OCDE, ou seja uma diferença de 8 pontos percentuais). Em Portugal, esta discrepância, é bem mais significativa, de 30 pontos percentuais (47% para os imigrantes e 77% para os nativos).

Assim, de acordo com os dados da OCDE, em Portugal, em 2007, a proporção de jovens com formação superior empregada era de 77% para os nativos e apenas de 47% para os nascidos no estrangeiro, o que evidencia discriminação no acesso ao emprego da população imigrante mais qualificada.

## 2.2.10 Remunerações e ganhos mensais

De acordo com os Quadros de Pessoal do MTSS, os ganhos médios mensais dos imigrantes são superiores às remunerações médias de base em cerca de 17%, diferença que tem permanecido constante ao longo dos últimos anos.

Os ganhos médios mensais dos imigrantes em 2008 eram inferiores aos do conjunto dos trabalhadores em cerca de 16%<sup>29</sup> (845€/mês contra 1008€/mês).

Saliente-se que os ganhos médios mensais dos quadros superiores e quadros médios imigrantes são superiores aos da generalidade dos trabalhadores nessas categorias profissionais, podendo a causa para este facto estar ligada à presença de empresas multinacionais e aos salários mais elevados praticados para os trabalhadores de maior nível de qualificação, alguns deles trabalhadores imigrantes<sup>30</sup>.

A evolução dos ganhos médios mensais dos imigrantes ao longo dos últimos anos foi ligeiramente superior à verificada para a generalidade dos trabalhadores (25,7% contra 22,9%, no período entre 2002 e 2008), o que pode traduzir alguma aproximação salarial<sup>31</sup>. Entre 2002 e 2008, em termos médios, o poder de compra dos imigrantes ter-se-ia elevado em cerca de 7%, crescimento ligeiramente superior ao verificado para o conjunto dos trabalhadores do país<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> Em 2002, eram inferiores em 18% (672€/mês contra 820€/mês).

<sup>30</sup> Em 2008, nos quadros superiores, os ganhos médios mensais dos imigrantes eram superiores aos da generalidade dos trabalhadores em 29%; nos quadros médios eram também superiores em 7%.

<sup>31</sup> Note-se a alteração da estrutura da imigração verificada por profissões e por níveis de qualificação que teria certamente influenciado esta aproximação (maior peso das profissões e níveis mais qualificados, em 2008 face a 2002 - ver Quadros 13 e 14).

<sup>32</sup> De acordo com o INE, entre 2002 e 2008, o Índice de Preços no Consumidor aumentou 17,2%.

## 2.2.11 Precariedade (contratos a prazo)

De acordo com os últimos dados disponibilizados pela Inspeção Geral do Trabalho sobre imigração, os contratos a termo – os contratos a prazo – representavam 92,3% do total, assumindo esta forma de contratação um peso idêntico, tanto no caso dos homens como das mulheres; os contratos de trabalho temporário representavam 5,1% do total e os contratos sem termo não iam além dos 2,6%.

Segundo as estatísticas do INE, do Inquérito ao Emprego, verifica-se que o total de contratos não permanentes tem representado sempre um valor que ronda os 50% do total dos trabalhadores por conta de outrem.

### Trabalhadores por conta de outrem, imigrantes por tipo de contrato (em milhares)

	3ºT/2004	3ºT/2005	3ºT/2006	3ºT/2007	3ºT/2008	3ºT/2009	3ºT/2010
<b>Contrato sem termo</b>	60,0	76,4	79,2	84,9	95,7	100,6	90,2
<b>Contrato c/ termo (prazo)</b>	49,3	56,1	71,7	62,6	77,9	66,3	72,4
<b>Outros</b>	16,8	19,9	19,7	23,6	28,7	19,1	15,0
<b>% de contratados precários (ou não permanentes)</b>	52,4%	49,9%	53,6%	50,4%	52,7%	45,9%	49,2%

Fonte: INE, Inquérito ao emprego (dados trimestrais)

Além da maior precariedade na relação de trabalho, também a situação socio-profissional do trabalhador imigrante é nitidamente inferior e indiciadora da prática de níveis salariais dos mais baixos entre os trabalhadores por conta de outrem do nosso país. A concentração de imigrantes é particularmente significativa em profissões de baixa qualificação e, conseqüentemente, de baixos salários.

Aliás, a precariedade do emprego dos trabalhadores imigrantes na Europa<sup>33</sup> e provenientes de Estados não Europeus é bem superior à dos trabalhadores europeus: o emprego precário era de 22% para os imigrantes contra 14% para os trabalhadores nascidos na União Europeia; para o caso dos jovens imigrantes aquela proporção chega aos 34%.

Em Portugal, apenas o conjunto das 7 profissões que concentram mais imigrantes<sup>34</sup> – servente de construção civil, operário não especializado, pedreiro, auxiliar de limpeza, empregada doméstica, empregado de balcão e trabalhador não especializado – abrange cerca de 60% do emprego de estrangeiros.

<sup>33</sup> Annual review of working conditions in the EU 2008-2009.

<sup>34</sup> De acordo com os dados mais recentes sobre a imigração da Inspeção-Geral do Trabalho.

## 2.2.12 Acidentes de trabalho

O quadro seguinte ilustra o número de acidentes de trabalho (mortais e não mortais) registado em Portugal nos últimos anos, por nacionalidades.

Ao contrário duma certa estabilização que se verificou em termos globais (um crescimento médio anual de 0,2% no período entre 2000 e 2007), registou-se um forte crescimento do número de acidentes nos trabalhadores estrangeiros (um crescimento médio anual de 17,8%, naquele período). Este crescimento anual está influenciado pelo elevado crescimento dos acidentes de trabalho dos imigrantes brasileiros (+35% ao ano), passando de 385 acidentados em 2000 para 3.142 em 2007<sup>35</sup>. De qualquer modo, os imigrantes oriundos de outros países da U.E., de Angola, da Guiné-Bissau, de Cabo verde, de S. Tomé e Príncipe, registaram também elevadas taxas de crescimento (mais de 6,7% ao ano).

### Acidentes de trabalho em Portugal por nacionalidades (em milhares)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	taxa anual de crescimento no período 2000-2007 (%)
<b>Total</b>	234.192	244.936	248.097	237.222	234.109	228.884	237.392	237.409	0,2
<b>Portugal</b>	212.367	232.126	232.561	220.284	217.682	213.919	217.942	217.751	0,4
<b>Outro País da U.E.</b>	900	1.169	1.264	1.217	1.426	1.240	1.315	1.653	9,1
<b>Angola</b>	697	1.111	1.085	863	959	902	968	1.098	6,7
<b>Moçambique</b>	167	230	222	143	189	156	162	169	0,2
<b>Guiné-Bissau</b>	340	509	614	512	517	558	560	620	9,0
<b>Cabo Verde</b>	581	867	860	611	782	678	947	1.092	9,4
<b>São Tomé e Príncipe</b>	100	194	138	169	199	229	247	247	13,8
<b>Brasil</b>	385	1.420	2.026	1.820	2.345	2.474	2.627	3.142	35,0
<b>Outro</b>	809	5.817	7.337	5.399	5.550	5.010	4.789	4.488	27,7
<b>Ignorado</b>	17.846	1.493	1.990	6.204	4.460	3.718	7.835	7.149	-12,3
<b>Total Estrangeiros</b>	<b>3.979</b>	<b>11.317</b>	<b>13.546</b>	<b>10.734</b>	<b>11.967</b>	<b>11.247</b>	<b>11.615</b>	<b>12.509</b>	<b>17,8</b>

Fonte: GEP/MTSS, Acidentes de Trabalho

<sup>35</sup> Também os imigrantes de “outra nacionalidade” tiveram um elevado crescimento de acidentados (cerca de 28% ao ano, no período entre 2000 e 2007), passando de 809 acidentados em 2000 para 4.488 acidentados em 2007.





## Os principais problemas dos imigrantes

De acordo com o quadro legal vigente em Portugal e nos restantes países da União Europeia, são considerados imigrantes os cidadãos de países terceiros, ou seja, de países que não são membros da união Europeia. Os cidadãos de países membros da União Europeia são, legalmente, considerados cidadãos comunitários.

Aos cidadãos comunitários, aplicam-se as normas e as regras da Livre Circulação de Trabalhadores, que referem que estes cidadãos têm acesso, em condições de igualdade, aos direitos laborais e sociais existentes para os trabalhadores do país em que o trabalhador se encontre a trabalhar. Exceptuam-se, porém, destas regras os cidadãos dos países em que existe uma derrogação dos direitos da livre circulação (caso dos cidadãos da Roménia e Bulgária, em que as regras livre circulação total só existirão a partir de 2014, embora em Portugal estes cidadãos não tenham já qualquer restrição).

Assim, quando falamos de imigrantes referimo-nos exactamente aos trabalhadores de países extra comunitários. Nas comunidades de imigrantes poderemos distinguir duas realidades de problemas, conforme os imigrantes estejam ou não regularizados.

Os imigrantes que não estão regularizados, ou seja que estão indocumentados têm todos os problemas inerentes à sua condição de serem imigrantes, mas têm mais um, que é determinante para a sua situação: a inexistência de uma relação legal de cidadania com o Estado, ou seja, a ausência de documentos. Esta situação torna-os frágeis perante a Sociedade de acolhimento e vulneráveis quer a redes mafiosas quer a patrões sem escrúpulos que os sobre exploram. Assim, quer a aplicação de direitos laborais e sociais quer o acesso aos serviços públicos torna-se (quase) impossível, empurrando-os para a exclusão social e, muitas vezes, infelizmente, para a marginalidade ou, pior ainda, para a criminalidade.

Os imigrantes que têm documentos, ou seja, que têm uma situação regularizada de cidadania, quer dizer, que têm documentos, confrontam-se no seu quotidiano e em todas as esferas sociais, com uma realidade potencialmente discriminatória.

Em geral, podemos afirmar que nos locais de trabalho e empresas, o trabalho mais pesado, menor remunerado, mais perigoso, menos exigente do ponto de vista de qualificações profissionais ou académicas, é atribuído aos imigrantes. Existem também duas realidades distintas conforme exista ou não actividade sindical: nos locais de trabalho onde existe actividade sindical, os direitos laborais e os salários são, na generalidade dos casos, cumpridos pelas empresas sem discriminação, apesar de, por vezes, existirem indícios de discriminação na igualdade de oportunidades; nos locais de trabalho onde não existe actividade sindical ou onde as entidades patronais criam obstáculos ao seu livre exercício, os imigrantes são, habitualmente, o primeiro alvo de todos os tipos de discriminações, desde as salariais até às da aplicação de direitos laborais.

De um modo geral, também o acesso aos bens sociais e serviços públicos por parte dos imigrantes é problemático, seja porque têm dificuldades de relacionamento devido ao desconhecimento ou pouca familiarização com as normas legais ou regulamentos sociais, seja ainda devido a dificuldades de comunicação por falta de domínio da língua,

detectando-se muitos casos de incompreensão e de mau tratamento dos problemas dos imigrantes.

Os problemas das comunidades de imigrantes, identificados em estudos e pesquisas realizadas por várias organizações da Sociedade Civil ao longo dos anos, centram-se em duas grandes vertentes: (i) Regularização; (ii) Igualdade de condições (laborais, sociais e cívicas).

A própria Autoridade das Condições de Trabalho (Inspeção-Geral do Trabalho), refere como principais problemas que se manifestam no mercado de trabalho, designadamente no caso dos imigrantes, os seguintes:

- Subsistência de um elevado núcleo de empresas que não reúne todos os requisitos de qualidade, designadamente na construção civil e obras públicas;
- Atribuição aos trabalhadores imigrantes das categorias profissionais de mais baixos salários, sem correspondência com a realidade e acompanhadas de subdeclaração de rendimentos para efeitos laborais e de protecção social;
- Duração de trabalho diária e semanal excessiva, com violação das normas sobre descanso semanal, com repercussões negativas na qualidade do trabalho dos imigrantes e na sua segurança e saúde.

Aspectos particulares da problemática das comunidades imigrantes têm a ver com práticas discriminatórias, com os problemas do alojamento e com as dificuldades acrescidas devidas à condição de género.

As práticas discriminatórias que atingem os imigrantes, são acções ou omissões que, em razão da raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, violam o princípio da igualdade. Com efeito, ainda são muitos os exemplos de discriminação pelo facto de se ser africano. Uma das práticas mais referidas é sem dúvida a recusa ou condicionamento de venda, arrendamento ou subarrendamento de imóveis. Existem também outras práticas, com menos expressão mais sempre negativas e inaceitáveis como a recusa de fornecimento ou impedimento de fruição de bens ou serviços; a recusa ou limitação de acesso aos cuidados de saúde prestados em estabelecimentos de saúde públicos ou privados; a recusa ou limitação de acesso a estabelecimento de educação de ensino público ou privado. Muitas vezes são casos de racismo ou de ignorância da legislação por parte de alguns funcionários públicos que adoptam uma postura tendente a condicionar ou limitar o exercício de qualquer direito dos imigrantes.

No caso do alojamento, é reconhecido que os imigrantes legalizados, devido ao baixo nível de rendimento auferido, vivem na sua maioria em zonas suburbanas e bairros de "lata". Muitas vezes tratam-se de habitações de fraca qualidade e sobrelotadas. Apesar dos programas de realojamento para os que viviam em barracas, as comunidades imigrantes continuam a viver situações problemáticas e de "guetização". Os indocumentados, devido à incerteza dos seus rendimentos e ao medo das autoridades, muitas vezes vivem com familiares ou amigos em casas sobrelotadas, subarrendando ou alugando num mercado de alojamento ilegal. Também os imigrantes que querem comprar casa enfrentam requisitos mínimos e rígidos por parte dos bancos para a concessão de crédito, nomeadamente uma prova de trabalho efectivo, que um simples contrato a prazo não satisfaz, ou a exigência de fiadores com situação profissional estável e que sejam portugueses, condição que nem sempre é fácil de preencher.

A condição de género manifesta-se pelo facto de as mulheres imigrantes serem o

grupo mais vulnerável e o que tem mais fragilidades, o que as coloca em situação de risco de pobreza mais elevado. Desde logo, a questão da língua e depois o facto de a mulher, em geral, vir depois do marido e apenas com visto de turista, acabando por ficar no país indocumentada e sujeita a todo o tipo de emprego precário e discriminações até poder ter acesso ao reagrupamento familiar. A débil, ou mesmo até, ausência de autonomia financeira das mulheres imigrantes, mesmo quando vivem com os maridos e, por maioria de razão, quando estão sozinhas e não têm qualquer suporte familiar, acaba por as sujeitar a qualquer situação no mercado de trabalho e na sociedade em geral, afastando-as do conhecimento e do usufruto dos direitos sociais mais elementares.

A CGTP-IN entende que deve ser combatida toda a forma de economia clandestina e promover uma integração plena dos imigrantes, se necessário através de novos instrumentos de natureza preventiva relativamente às práticas ilegais de maior gravidade em matéria laboral e de segurança social, nomeadamente através da medida imediatamente executória de suspensão da actividade.

A CGTP não pode deixar de condenar com veemência a posição de muitas empresas e da própria administração pública, que assumem muitas vezes comportamentos cínicos e hipócritas nas relações de trabalho com as comunidades imigrantes. Em alguns casos, os salários auferidos pelos estrangeiros estão abaixo dos mínimos legais, o que decorre em grande parte da existência de muitos trabalhadores indocumentados em Portugal.

A população imigrante é relativamente mais jovem e concentra-se nos sectores e níveis de mais baixa qualificação. Apresenta maiores níveis de desemprego e mais baixas remunerações relativamente à generalidade dos trabalhadores. As condições de precariedade e as taxas de sinistralidade são também bem mais graves para a população imigrante.

Esta situação impõe medidas específicas de actuação no mercado de trabalho no sentido de fazer diminuir a discriminação e melhorar as condições de vida e de trabalho da população imigrante. Em particular, conforme resulta deste estudo, a intervenção da Autoridade das Condições de Trabalho e do próprio SEF – Serviço de Estrangeiros deveriam ser melhoradas, no que respeita à eliminação do trabalho por parte de trabalhadores não documentados.

